



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

### *Acta da quarta sessão ordinária de 2006 da Assembleia Municipal de Aljezur*

\*\*

**LOCAL:** Sala de Sessões dos Paços do Município

**DATA:** 22 de Setembro de 2006

**INÍCIO:** 21:00 horas

**ENCERRAMENTO:** 02:10 horas

\*

**CONSTITUIÇÃO DA MESA:**

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

**MEMBROS PRESENTES:**

António Manuel Guerreiro Lopes, Henrique Manuel Ramos Henriques, Dionísio Manuel Nifro da Silva, Johannes Alexander Schydlo, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, José Carlos Pacheco da Silva, Manuel Alberto Santinho Cristo, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José Manuel dos Santos Marreiros e Sérgio Manuel da Silva Santos.

\*

**ABERTURA DA SESSÃO** – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 21:00 horas

**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA:** – Foi lido o ofício do membro Vítor Manuel da Encarnação Vicente, de dezoito de Setembro de dois mil e seis, informando que por não lhe ser possível não se encontrar em Aljezur à hora marcada para o início da presente sessão, solicita a sua substituição na mesma.– Tendo o membro a seguir na lista comunicado a sua indisponibilidade para efectuar a referida substituição, foi empossado em sua substituição o Senhor Iládio de Jesus Alves Furtado, portador do Bilhete de Identidade número onze milhões cinquenta mil cento e setenta e nove um, emitido em quatro de Fevereiro de dois mil e quatro, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa.-----

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

#### **PONTO NÚMERO UM**

**APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:** – Foi presente a acta da sessão ordinária realizada no dia trinta de Junho de dois mil e seis.-----  
Posta à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com as abstenções dos Senhores Johannes Schydlo, Sérgio Santos e Iládio Furtado.-----

#### **PONTO NÚMERO DOIS**

**LEITURA DO EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:** – Foi lida a seguinte correspondência, a qual se encontra arquivada em pasta anexa:----- de Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ofício número trezentos e sessenta, de cinco de Julho de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre “cuidados continuados de saúde”.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Popular, ofício número mil cento e quinze, de três de Julho de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre “cuidados continuados de saúde”.-----

– de Gabinete do Primeiro-Ministro, ofício número dez mil novecentos e vinte e cinco, de sete de Julho de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre “cuidados continuados de saúde”.-----

– de José Mendes Bota, deputado do Partido Social Democrata, ofício de sete de Julho de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre “cuidados continuados de saúde”.-----

– de Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ofício número três mil e noventa, de quinze de Julho de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre “cuidados continuados de saúde”.-----

– de Casa Civil do Presidente da República, ofício número quatro mil quatrocentos e noventa e dois, de treze de Julho de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre “cuidados continuados de saúde”.-----

– de Comissão de Saúde da Assembleia da República, ofício número cento e dezoito, de vinte de Julho de dois mil e seis, acusando recepção de moção sobre “cuidados continuados de saúde”.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número oito mil seiscentos e trinta e oito, de sete de Julho de dois mil e seis, informado que foi deliberado na reunião de vinte e cinco de Julho de dois mil e seis, ir proceder a uma análise mais detalhada sobre a moção “cuidados continuados de saúde”.-----

– de Assembleia Municipal de Loulé, ofício número duzentos e cinquenta e seis, de três de Julho de dois mil e seis, acusando recepção da tomada de posição desta Assembleia Municipal acerca da proposta de revisão final do Prot-Algarve.-----

**O SENHOR ELIEZER JOÃO CANDEIAS PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.**-----

– de Associação Nacional de Municípios Portugueses, ofício circular número duzentos e treze, de cinco de Setembro de dois mil e seis, informando realização de Conferência Europeia “oito caminhos para Mudar o Mundo – a contribuição das Colectividades Locais e Regionais para a realização dos objectivos de

desenvolvimento do milénio”, em doze e treze de Outubro de dois mil e seis, em Lisboa.-----

– de Câmara Municipal de Aljezur, ofício número dez mil quinhentos e vinte e nove, de dezanove de Setembro de dois mil e seis, enviando cópia de acta da reunião do Conselho Directivo da Terras do Infante – Associação de Municípios, de vinte e um de Julho de dois mil e seis.-----

– de Associação Nacional de Municípios Portugueses, circular número cento e vinte e nove, de catorze de Setembro de dois mil e seis, convidando a participar na II Conferência sobre “Ordenamento do Território e Revisão dos PDM’s”, nos dias vinte e cinco e vinte e seis de Outubro de dois mil e seis, na Covilhã.-----

#### PONTO NÚMERO TRÊS

**OUTROS PONTOS EVENTUAIS PREVISTOS NO REGIMENTO:** – Pelo Partido Social Democrata foi feita a seguinte intervenção:-----

“Considerando que existe, para a área social da freguesia da Bordeira, um Centro de Apoio aos Idosos em com a valência de Apoio ao Domicílio, com sede na localidade da Bordeira, mas que por motivos incompreendidos por esta Bancada do PPD/PSD, este “dito” apoio apenas é disponibilizado às populações das localidades da Bordeira e da Carrapateira e, no nosso entender, este apoio tem que impreterivelmente ser prestado à restante população da freguesia da Bordeira.-----

É do nosso entendimento que esta Assembleia Municipal tome as devidas medidas e diligencie junta da Santa Casa da Misericórdia de Aljezur, entidade de detém a tutela, no sentido de a questionar sobre quais os reais motivos que assistem ao facto de não prestarem o apoio a toda a freguesia com este tipo de carências, e que condições específicas terão de existir para que este Apoio ao Domicílio seja disponibilizado às restantes populações, designadamente à população da localidade das Alfambras que, pelo sua disposição geográfica dispersa, carece ainda de maior apoio. Esta situação social ainda nos preocupa mais ao lembramo-nos que o Centro de Apoio aos Idosos apenas se tornou uma realidade com a ajuda de todos os contribuintes, uma vez que foi a Autarquia que custeou quer as obras de remodelação do edifício-sede quer a aquisição da viatura que presta o apoio ao domicílio, não esquecendo o facto de ter igualmente suportado os custos com os utentes utilizadores não subsidiados durante os três primeiros meses de actividade deste Centro de Apoio. Estamos aqui na presença de montantes acima dos oitenta cinco mil Euros, que envolvem os esforços de todos os contribuintes desta Autarquia e por conseguinte da Freguesia da Bordeira, é de justiça que o Apoio também o seja.”-----

O Senhor Iládio Furtado disse que a Assembleia é impotente na resolução deste assunto, mas à data em que foi feito o protocolo com vista a criação do centro de apoio aos idosos e apoio domiciliário, quer com a Autarquia quer com a Associação Cultural da Bordeira, foi dito que, este apoio seria muito difícil, mas não foi dito quais as condições necessárias para o mesmo, e a sua intervenção vem nesse sentido, saber se existem dificuldades da parte da Santa Casa da Misericórdia e se são de ordem financeira ou não, e quantas pessoas são precisas para dar este tipo de apoio.-----

A senhora Presidente da Mesa disse que havia a intenção de o fazer, mas a zona das Alfambras está delimitada por duas freguesias e que tinha de haver acordo com a Santa Casa da Misericórdia, mas que não sabe o ponto da situação.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a questão é com a Santa Casa da Misericórdia, mas não é só as Alfambras que não têm apoio domiciliário há outras partes da Freguesia de Aljezur, Rogil e Odeceixe que não o têm.-----

A Santa Casa da Misericórdia só faz apoio domiciliário quando recebe para isso, a contenção de despesas do Estado é enorme e estender o apoio domiciliário a

zonas mais afastadas englobem encargos maiores. A questão tem basicamente a ver com o financiamento da Segurança Social e se esta apoiar a Santa Casa, esta também dará seguimento.

A Senhora Ana Santos disse que primeiro queria congratular-se com a visita do deputado da comissão das obras públicas, o deputado Luís Rodrigues, no dia treze de Setembro que esteve em reunião com o Senhor Presidente da Câmara e posteriormente, no dia quinze de Setembro apresentou um requerimento ao Presidente da Assembleia da República relativo à variante da estrada nacional cento e vinte em Aljezur e do itinerário complementar IC quatro.

Quer saber em relação aos espelhos para melhorar a visualização do trânsito na Rua Vinte e Cinco de Abril e junto ao museu municipal que tinham sido solicitados na sessão anterior.

Disse que o inverno está a chegar e o pontão do Porto das Carretas ainda não foi construído, que seria bom que isso fosse contemplado no orçamento, o pontão seria uma mais valia para a população de Aljezur.

**O SENHOR JOSÉ ANTÓNIO DUARTE PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.**

A senhora Rosa Cigarra disse que o Museu do Mar da Carrapateira será designado por Museu do Mar e da Terra, há uns tempos estava programado o Museu Agrícola na Escola Primária da Vilarinha, uma vez que a parte agrícola foi integrada no Museu do Mar, gostaria de saber o que está projectado para a Escola da Vilarinha.

Gostaria de saber como decorreram as obras na escola nova, saber o que está a acontecer com o edifício da escola antiga, como este está a ser utilizado.

Em relação à estrada do Escapadinho para a Zambujeira de Baixo sabe que há um troço com mau piso e queria saber se está programado nas obras Câmara.

Em relação ao edifício da GNR de Odeceixe se já há destino para ele. Em relação às obras que estão a ser feitas no edifício que supostamente é para a GNR quem é que está a fazê-las?

Duvida se a estação de tratamento de esgotos de Odeceixe esteve a funcionar ou não este verão.

Em relação as obras na estrada da Arrifana se ainda vão demorar muito.

Em relação à Movijovem e ao protocolo com a Câmara se já conseguiram as tais vantagens.

E como é agora notícia, gostaria de saber se a Câmara sabe quantos funcionários tem e quantos são?

A Senhora Ana Santos pergunta para quando o arranjo da estrada em frente à Câmara Municipal.

A senhora Rosa Cigarra pergunta de quem é a responsabilidade da limpeza das bermas, isto porque em Maria Vinagre, há sempre uma zona que fica por limpar, exactamente aquela onde existe a saída onde mora, gostaria de saber a quem pode reclamar a limpeza daquele troço.

O Senhor Presidente da Câmara responde à Senhora Rosa Cigarra dizendo que a Câmara Municipal nunca fez essas limpezas, eventualmente é a Junta Autónoma ou a Junta de Freguesia.

Em relação à estrada do Escampadinho devem ser uns nove quilómetros de estrada de terra, deve haver outras que não estejam muito boas, estavam a pensar fazer este ano a ligação a Martins Estevens e à Zambujeira, mas não se vão conseguir fazê-lo até ao final do ano.

A questão do arranjo aqui da estrada em frente, já se falou com o encarregado mas mostra-se necessário fazer outro tipo de trabalhos, que é substituir condutas de água.

Na Arrifana as obras foram suspensas no princípio do mês de Julho e vão recomeçar brevemente.

Em relação à Pousada, o protocolo foi assinado em dois mil e um, posteriormente a direcção da Movijovem fez uma proposta para o Município suportar quarenta por cento da ocupação da pousada, o protocolo que nós tínhamos era para suportar dez por cento, a Câmara nunca aceitou pagar quarenta por cento é pagar a sua total viabilidade e nunca aceitaremos isso. Entretanto tinha havido uma candidatura para o Algarve para a construção de uma pousada e a CCDR pressionou a Movijovem ou se faz ou não se faz. Segundo o que o Secretário de Estado disse houve algumas pousadas com as quais o governo assinou na mesma altura que não foram para a frente. Esta era aquela que apresentava índices mais favoráveis e daí avançarem. O Protocolo que se assinou foi aquele de dois mil e um.-----

Em relação ao pontão do Porto das Carretas, o processo está em fase de licenciamento ele já foi concluído no ponto de vista administrativo muito recentemente foi enviado para a CCDR no sentido de dar o seu parecer, como houve alteração ao regime da reserva ecológica nacional, a construção do pontão implicava que fosse aprovado também pela comissão nacional da reserva ecológica, segundo a alteração do regime que foi feito recentemente já não carece ir à comissão o que facilita. Essa obra está prevista no orçamento da Junta de Freguesia de Aljezur.-----

Em relação aos espelhos, está a decorrer o processo de aquisição desses sinais.---  
Em relação ao Museu da Carrapateira a obra está quase concluída, substituiu-se o telhado porque havia várias infiltrações.-----

Em relação à escola iniciaram-se as obras na altura que ela encerrou para férias deve estar na fase final, tem três salas e já vão ser utilizadas.-----

**O SENHOR FERNANDO MANUEL COSTA ROSA PASSOU A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.**-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o edifício dos correios de Odeceixe foi adquirido pela Câmara e iniciaram-se algumas obras, basicamente teve a ver com demolições e uma pequena obra de sustentação atrás, não há acordo ainda com a GNR no sentido de eles ali se instalarem, quer dizer o objectivo é eles se instalarem lá, foi proposto pela Câmara ao Ministério da Administração Interna que esta fazia as obras e o Estado entregaria à Câmara o edifício do Posto da GNR da Praia de Odeceixe, ainda não obtivemos resposta.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que a Câmara comprou o edifício e ainda não houve acordo nenhum e se o Ministério não aceitar?-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que se fica com o edifício em Odeceixe.-----

Em relação à Escola da Vilarinha disse que em tempos houve de facto ideia de fazer lá um museu, abandonou-se essa ideia, e o que se está a falar com a Junta de Freguesia é adaptar o edifício ao Turismo da Natureza para alojamento.-----

Em relação a ETAR de Odeceixe funcionou no Verão de forma progressiva, porque havia alguns elementos da obra que não estavam completamente concluídos. A obra foi entregue oficialmente às Águas do Algarve em um de Julho. O que foi dito é que o processo de afinação leva algum tempo.-----

Em relação aos funcionários da Câmara acha que são cerca de cento e oitenta.--

O Senhor Iládio Furtado pergunta em relação à obra de alargamento e repavimentação da estrada do Tramelos para o Espinhaço de Cão se pode dar alguma informação. E pergunta acerca da entrada da localidade da Carrapateira que está muito degradada.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse em relação a estrada do Tramelos para o Espinhaço de Cão que tem havido alguma dificuldade por uma questão de tempo, o concurso devia ter sido lançado não foi ainda, mas o Director do Departamento já tem instruções para lançar o concurso, em relação à Carrapateira a obra está adjudicada, o contrato se não foi, está a ser feito.

Pensamos que no mês de Outubro possa começar.-----  
Em relação a escola velha disse que o uso é polivalente neste momento funcionam lá serviços da Câmara Municipal, a GNR também as utiliza, tem funcionado lá o curso de turismo, tem havido uma utilização polivalente enquanto não começarem as obras. O projecto deverá chegar à Câmara dentro de pouco tempo, analisaremos a situação financeira para ver se é possível lançar o concurso com brevidade.-----  
O Senhor Amílcar Duarte pergunta como está o fornecimento da água em Odeceixe, em termos de qualidade, e em relação ao caminho da cruz até a antiga ponte se está previsto alguma pavimentação.-----  
Em relação ao Museu do Mar e da Terra estava previsto uma série de coisas para lá a questão do barco e do esqueleto de uma baleia pergunta em que estado está.-----  
O Senhor Presidente da Câmara disse que não tem conhecimento que tenha havido alguma falha na qualidade da água em Odeceixe, que no ano passado se tinha instalado um sistema igual no Vale da Telha e que este ano se colocou o sistema para tratamento de água no canal a funcionar durante algumas semanas para fazer um teste à própria obra que se está a executar que é a construção de uma conduta entre a Aldeia Velha e a saída do Rogil para o lado de Odeceixe. Fizemos essa experiência ou seja Odeceixe deixou de ser abastecida de água a partir daqui e pelos contactos que se fez ficou melhor.-----  
A questão do caminho pelo menos na zona das moradias vai ser resolvido.-----  
Em relação ao Museu da Carrapateira de facto ouve uma ideia de colocar lá o esqueleto da baleia, o objecto existe mas os técnicos disseram que não era possível recuperar as ossadas da baleia porque ela estava enterrada há muitos anos e que o tempo tinha o estragado e que não havia recuperação. Vai-se falar da baleia mas não com o objecto.-----  
O Senhor Johannes Schydlo agradece pelo sinal de proibição de circulação por baixo da ponte. Disse que a estrada a frente da câmara estava perigosa.-----  
E pergunta acerca das “Terras do Infante” que ele e o Senhor Amílcar foram eleitos e até agora nunca foram convidados a acompanharem e gostava de saber em que ponto está a situação.-----  
O Senhor Presidente da Câmara disse no caso específico do buraco da estrada este vai ser composto.-----  
Em relação as Terras do Infante o Senhor Vereador Gonçalves está mais dentro desse assunto.-----  
O Senhor Vereador José Gonçalves disse que a comissão não foi legalmente constituída, não foi nomeado grupo. Os Estatutos foram alterados.-----  
A Senhora Rosa Cigarra disse que não tem saído informação sobre as “Terras do Infante” relativamente à adega.-----  
E pergunta onde vai ser o Festival da Batata Doce uma vez que o Senhor Presidente prometeu que seria no pavilhão novo.-----  
O Senhor Presidente da Câmara disse que em relação às “Terras do Infante” remetia sempre as cópias das actas. O que se tem feito é um trabalho numa área de prevenção contra incêndios, de promoção turística.-----  
Em relação ao assunto da Adega, havia uma proposta de venda e pensa que está a seguir para a frente e é de dois milhões e seiscentos mil euros.-----  
O Senhor José Duarte elogia o trabalho do passeio da avenida está uma excelente zona de lazer, mas faltam umas papeleiras.-----  
E em relação a estrada da Zambujeira pergunta se há algumas perspectivas e para quando o pavimento daquela estrada.-----  
O Senhor Presidente da Câmara disse que de facto já houve ali papeleiras mas era muito vandalizadas, faz sentido colocar ali papeleiras, vão tentar encontrar

um modelo que não seja tão vandalizado.-----  
Em relação a estrada da Zambujeira a Câmara tem o projecto em execução, não se lhe deu uma dinâmica mais acentuada porque se deu a outros projectos e porque ainda não deslumbramos condições financeiras para a executarmos.-----  
O Senhor Eliezer Candeias disse em relação às ervas das bermas que não compete nem a Câmara nem Junta, mas por segurança tem-se dado herbicida, as ervas crescem rapidamente e estão altas e fortes vão resolver o assunto e fica a cargo da Junta de Freguesia.-----  
O Senhor Dionísio Silva disse que a ecovia vai para Sagres e acha que seria interessante ela ter vindo também até Aljezur.-----  
O Senhor Presidente da Câmara disse que essa iniciativa está prevista para uma segunda fase.-----  
O Senhor António Lopes disse que tinha sido confrontado por um grupo de jovens que precisavam de se lavar, e que as casas de banho junto a praça estão sujas e tudo partido, que fazem falta uns duches.-----  
Disse que junto ao sítio de transformação de electricidade havia uma protecção e um banco e agora não estão lá, nem o banco nem a protecção e está lá um buraco, também abriram um buraco na Azinhaga e o taparam mal.-----  
Em relação ao passeio disse que está muito bonito mas que quando acaba, está lá um degrau que dificulta o acesso aos deficientes.-----  
O Senhor Presidente da Câmara disse em relação aos chuveiros que já lá existiram e que as casas de banho são limpas, agora o problemas é que as pessoas destroem tudo e sujam, mas em todo caso as casas de banho junto a antiga Câmara Municipal estão a funcionar.-----  
Em relação às outras questões vão ser verificadas.-----  
O Senhor Johannes Schydlo sugere que se coloque o sinal de proibição de trânsito para o rio um pouco mais a baixo e visível.-----  
Em relação aos frigoríficos que estão nos campos quando se vai para a Amoreira acha que se devia fazer alguma coisa.-----  
O Senhor Presidente da Câmara disse que os agricultores aproveitam aquilo que é móvel e não é só naquele local que acontece.-----

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### **PONTO NÚMERO UM**

**APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO SOBRE A LUTA CONTRA O TRÁFICO DE SERES HUMANOS:** – Pela Mesa foi lida a circular número cento e dois, de dezassete de Julho de dois mil e seis, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, informado sobre a aprovação da declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos.-----  
Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

#### **PONTO NÚMERO DOIS**

**APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO:** – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de oito de Agosto de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual ficar arquivada em pasta anexa.--  
A Senhora Ana Santos pergunta se a documentação é pedida no início do ano lectivo.-----  
A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que é no período em que abrem as candidaturas, quinze de Outubro a quinze de Novembro.-----  
A Senhora Ana Santos pergunta se o pagamento é feito na totalidade ou faseado.-----  
A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que é mensal e durante dez meses.-----  
A Senhora Ana Santos disse que quem está a usufruir desta bolsa durante dez

meses, mas se por qualquer motivo não pode frequentar, como é que a Câmara sabe e suspende.-----

A Senhora Vereadora Fátima Neto disse que é preciso entregar um comprovativo duas vezes por ano e já ouve casos de suspensão.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR DIONÍSIO SILVA:**-----

“Acho que houve uma melhoria em relação ao anterior regulamento, considero que ainda possa ser melhorado. As melhorias devia ser no artigo terceiro ponto três, artigo quinto ponto um ponto dois e o artigo sexto ponto um. Mas considero melhor que o anterior”-----

#### **PONTO NÚMERO TRÊS**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – LIQUIDAÇÃO DE TAXAS E COMPENSAÇÕES:**

– Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de cinco de Setembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual ficar arquivada em pasta anexa.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que como se sabe houve alteração legislativa relativamente à publicidade em Diário da República na segunda série de publicações e publicidade de regulamento, este é um daqueles que não carece de publicidade em Diário da República isto esteve na Imprensa da Casa da Moeda e não foi publicado durante o verão entretanto foi recebida uma carta a dar conta disso e a pediram um valor exorbitante, de dois mil e quinhentos euros, para a sua publicação, vimos que podia ser feito de outra forma e vamos fazê-lo, aprovando e alterando este artigo na Assembleia Municipal se assim o entenderem e publicado em edital e num jornal de âmbito local ou regional.-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

**INTERVALO:** – Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

**REINÍCIO DOS TRABALHOS:** – Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

#### **PONTO NÚMERO QUATRO**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO ÀS ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E SEIS:** – Pela Mesa foi lida a certidão da deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de doze de Setembro de dois mil e seis, sobre o assunto em epígrafe, a qual ficar arquivada em pasta anexa.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que há a introdução de três projectos, dois deles relacionam-se com o protocolo que foi assinado com o Instituto de Conservação da Natureza, porque este tinha vários projectos com o programa ambiente aqui para o parque Natural e o Instituto de Conservação da Natureza não tinha vinte e cinco por cento de comparticipação nacional para a execução dos projectos, apercebemo-nos disso à cerca de dois anos e foram os Municípios que viram que iam perder setenta e cinco por cento de fundos comunitários e se disponibilizaram para a execução das obras em vez de ser o Estado é a Câmara que ainda participa nas obras com doze e meio por cento. Os projectos deveria ser o Parque a fornecê-los e de facto forneceram dois projectos imperfeitos e maus, relativamente às obras da praia da Amoreira e Monte Clérigo, bem como no Pontal da Carrapateira na praia do Amado e da Bordeira. O projecto da Praia do Amado, da Bordeira e do Pontal já está no Plano de Actividades. Já fizemos uma reunião com a equipa que fez este projecto no sentido de introduzir algumas alterações.-----

O outro projecto tem a ver com o projecto Algarve digital.-----

A receita para estes novos projectos fora do projecto da escola cujo valor da adjudicação foi inferior ao valor que estava orçamentado.-----  
Posto à votação, foi aprovado por maioria, com as abstenções dos Senhores Amílcar Duarte e José Duarte.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR JOSÉ DUARTE:**-----

“A minha abstenção tem a ver com o facto de não ter votado a favor do orçamento inicial, não é pelo facto de estar em desacordo com isto, é por coerência com a votação inicial do orçamento para dois mil e seis.”-----

**PONTO NÚMERO CINCO**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE MOÇÃO SOBRE A PORTARIA NÚMERO OITOCENTOS E SESENTA E OITO BARRA DOIS MIL E SEIS, DE VINTE E NOVE DE AGOSTO – REGULAMENTA AS ACTIVIDADES DE PESCA LÚDICA:** –  
Pela bancada do Partido Socialista foi apresentada uma moção sobre o assunto.-  
-----

O Senhor José Marreiros disse que a bancada do Partido Socialista não se coíbe de propôr esta moção a contestar, habituamo-nos durante séculos a apanhar sem regras, o que também não concordamos, queríamos regras, mas outro tipo de regras. Não é por sermos do partido do Governo que nos vamos calar, pois fomos eleitos pelos Aljezurenses.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse concordar que tenha sido feita a moção, mas não concorda com algumas coisas da forma como estão expostas. Não concorda que se tenha que ouvir as pessoas do Concelho acho que quem as representa é que devia ter sido ouvido, as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal. Relativamente aos crustáceos dois quilos acha pouco, dois quilos seria para os perceves. Relativamente a ser ouvida a Associação de Mariscadores de Aljezur e Vila do Bispo não concorda, porque a Associação defende os profissionais, e isto, trata a actividade lúdica.-----

Pergunta se é possível alterar alguma destas questões.-----

O Senhor Amílcar Duarte considera a apresentação positiva, em relação ao texto, algumas coisas que não concorda, como na moção dizer “Os deputados do Partido Socialista com representação na Assembleia Municipal”, disse que se é para achar que os deputados do Partido Socialista acham, que não vota, diz votar se o texto for alterado para a Assembleia Municipal.-----

O Senhor Fernando Rosa disse que a moção é positiva, que as Juntas não foram ouvidas sobre a matéria. Pensa que esta Moção é pouco para a gravidade do problema.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que desde dois mil que tinha sido publicado um decreto-lei que previa a regulamentação destas actividades, nunca tinham sido regulamentadas, a Câmara Municipal tomou a iniciativa de regulamentar. A Câmara contratou um biólogo aquele que está a colaborar com a Associação de Pescadores e Mariscadores, este trabalho basicamente foi feito por mariscadores e perceveiros, resultou numa proposta que foi feita ao Secretário de Estado das Pescas e onde constava os dois quilos para a apanha lúdica e vinte para a apanha profissional, essa proposta não falava do defeso, essa questão surgiu pelo Ministro do Ambiente, que dizia haver nas Berlengas também tinha que haver aqui, e a proposta do Governo é que não se podia apanhar ao Sábado, Domingo e Feriados, que só se podia apanhar dois dias por semana, na prática ficava oito meses de defeso e a Associação achou por bem que três meses era melhor.-----

O Senhor José Marreiros disse concordar em alterar onde diz “os deputados do Partido Socialista” passar para “a Assembleia Municipal de Aljezur”, de resto mantém-se uma vez que é difícil todos os deputados concordarem. -----

O Senhor Eliezer Candeias disse que não tinha mal ficar os deputados do Partido

Socialista, são eles que propõem os outros concordam ou não.-----  
A moção passou a ter a seguinte redacção:-----  
“PORTARIA NÚMERO OITOCENTOS E SESENTA E OITO BARRA DOIS MIL E SEIS, DE VINTE e NOVE DE AGOSTO – REGULAMENTA AS ACTIVIDADES DE PESCA LÚDICA-----  
No âmbito da publicação e entrada em vigor da Portaria número oitocentos e sessenta e oito barra dois mil e seis, de vinte e nove de Agosto de dois mil e seis que regulamenta as Actividades de Pesca Lúdica;-----  
Considerando que o exercício da actividade em causa deve estar sujeito a legislação e regulamentação próprias, sob pena de não se conseguir no futuro, assegurar a sustentabilidade dos recursos marinhos, nomeadamente a sua conservação e gestão racional;-----  
Considerando que em muitos casos se assistia a uma actividade de pesca e apanha profissionais e intensivas, a coberto do estatuto lúdico;-----  
A Assembleia Municipal de Aljezur reconhece a importância da iniciativa legislativa em apreço, não podendo todavia deixar de lamentar entre outros, os seguintes aspectos:-----  
Um – À semelhança de outras normas e iniciativas legislativas e regulamentares, mais uma vez não foram tidas em linha de conta as realidades sociais, culturais e económicas, no que ao município de Aljezur diz respeito;-----  
Dois – Mais uma vez as populações e em particular os denominados apanhadores “lúdicos” não foram ouvidos neste processo;-----  
Três – No caso concreto do nosso município, a apanha e pesca lúdica sempre tiveram uma importância fulcral do ponto de vista económico de muitos agregados familiares, em particular junto dos mais idosos, funcionando como complemento do seu próprio “sustento”;-----  
Quatro – Determinar o peso máximo de captura diária de crustáceos a dois quilogramas e no caso dos perceves a meio quilograma, parece-nos descabido e não revela conhecimento da matéria;-----  
Cinco – Determinar que a apanha lúdica só possa ser exercida manualmente é sinónimo de “nada” ou “quase nada” poder ser capturado, não existindo por isso necessidade de permitir ao praticante a utilização de um dispositivo do “tipo bolsa” que sirva para o transporte exclusivo do resultado da apanha (imagine-se a apanha da lapa ou do perceve à mão);-----  
Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Aljezur, reunida em vinte e dois de Setembro de dois mil e seis em sua Sessão ordinária, considera que:-----  
- Não obstante a sua publicação e entrada em vigor, a referida Portaria deva vir a obter e sofrer alterações ouvidas que sejam as Associações de Mariscadores dos Concelho de Aljezur e Vila do Bispo, bem como os Municípios de Aljezur, Vila do Bispo e Odemira, num curto prazo, no sentido de adequá-la às realidades locais sem nunca perder de vista a sustentabilidade necessária e indispensável dos recursos;-----  
- De imediato, solicitamos que na apanha lúdica possam ser utilizados os instrumentos tradicionais para o efeito e que, caso dos perceves, seja permitida a captura de dois quilogramas, tal como foi proposta pela Câmara Municipal de Aljezur, ao que esta bancada conseguiu apurar;-----  
- Da presente Moção deve ser dado conhecimento à Tutela, nomeadamente, Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território Regional, Senhor Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, bem como às respectivas Secretarias de Estado, assim como, Senhor Governador Civil do Distrito de Faro, Bancadas Parlamentares com assento na Assembleia da

República, Instituto de Conservação da Natureza, Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Câmaras Municipais da área do PNSACV e respectivas Assembleias Municipais, Associações de Mariscadores de Aljezur e Vila do Bispo.”-----

Posto à votação, foi aprovado por unanimidade.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**-----

“A Bancada do PSD – Partido Social Democrata vota a favor da presente Moção, por considerar a importância do assunto em debate, mas, queremos deixar bem expresso que o fizemos não concordando com o teor do texto da mesma.-----

Concordamos que o Regulamento não teve em conta a realidade social, cultural e económica do Município de Aljezur, no entanto, entendemos que, quem deveria ser ouvido neste processo, deveriam ser a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal.-----

Concordamos que a apanha “lúdica” possa ser exercida com a utilização dos instrumentos tradicionais, bem como, que o peso diário da captura os perceves seja de dois quilogramas. No entanto, relativamente ao peso máximo de captura diária de crustáceos, dever-se-iam reivindicar os cinco quilogramas.-----

Porém, não entendemos que neste assunto “actividade de pesca lúdica” sejam ouvidas as Associações de Mariscadores, uma vez que os interesses defendidos por estas Associações, mariscadores profissionais, são contrários aos interesses a defender para mesma prática a actividades de forma lúdica.”-----

#### **PONTO NÚMERO SEIS**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE MOÇÃO SOBRE A NOVA LEI DAS FINANÇAS**

**LOCAIS:** – Pela bancada do Partido Socialista foi apresentada a seguinte moção:-

“NOVA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS-----

A nova Lei das Finanças Locais, algo longe de perfeita e justa, pode, deve e terá de ser forçosamente melhorada, pelo que entendemos, em forma de recomendação, propor e solicitar à Comissão de Poder Local da Assembleia da República, bem como a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, uma especial atenção para o que abaixo passamos a enunciar.-----

As receitas municipais descem genericamente na ordem dos sete vírgula um por cento.-----

O famigerado Fundo de Coesão Municipal que visa na sua verdadeira acepção e contexto, corrigir assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e que se traduz numa soma de compensação fiscal mais uma compensação por desigualdades de oportunidades, baseado num índice dessa mesma desigualdade de oportunidades, afigura-se-nos como boa intenção mas com sérias dúvidas de aplicabilidade.-----

Não se vislumbra nesta nova Lei algo que seria determinante, desejável e justo e que se prende com a ausência de critérios no financiamento dos maiores municípios aos mais pequenos. Os municípios mais populosos são de facto beneficiados. Os menos populosos saem prejudicados e poderão ver as suas transferências reduzidas no imediato e ano após ano até ao definhamento final, facto que accionaria a ideia peregrina de “fundir” freguesias e até mesmo municípios. Tal facto constituiria uma verdadeira inversão do valor solidário do Municipalismo tradicional.-----

Com esta nova Lei as autarquias passam a receber parte do IRS cobrado nos respectivos municípios, podendo optar por uma parcela variável de três por cento, podendo cobrar um máximo de cinco por cento ou um mínimo de dois por cento.-----

Na prática pretende-se que seja estimulada a concorrência fiscal entre

concelhos, criando-se um ónus de responsabilidade sobre os autarcas pelo aumento ou diminuição dos impostos a lançar sobre os seus municípios.-----  
Não nos parece que alguém deixe de viver em Aljezur ou passe a viver noutra concelho pela possibilidade de pagar menos um por cento ou dois por cento de IRS.-----

Por outro lado é inexistente a discriminação positiva para os municípios em Rede Natura dois mil e simultaneamente com Área Protegida.-----

Pelo contrário, com esta Lei é-nos apenas concedida uma moratória até dois mil e nove. A partir dessa data as transferências do Estado para Aljezur serão reduzidas cinco por cento ao ano, até perfazer trinta e seis vírgula dois por cento de redução, ou seja, a nova Lei que o Governo afirma beneficiar as autarquias com Rede Natura e Áreas Protegidas, “retira-nos” cerca de dois milhões de euros, por ano.-----

Aljezur perderá qualquer capacidade de realização e investimento.-----  
Entendemos que o Governo deverá no imediato rever esta constatação clara e óbvia, sob pena de “fugir” ao prometido.-----

A concretizar-se, esta nova proposta é claramente a antítese do espírito solidário, uma vez que retira aos pequenos para dar aos grandes.-----

A nova Lei deverá reforçar significativamente a capacidade financeira que o poder autárquico tem pedido nos últimos tempos.-----

Reforçar a indispensável coesão entre os municípios e freguesias.-----

Reflectir a limitação à capacidade de endividamento municipal mas não impossibilitá-la tornando-a insustentável.-----

**Para Aljezur:**-----

Não queremos que nos retirem um cêntimo!-----

Pelo contrário, queremos ser devidamente compensados pelo serviço que o nosso território presta ao país, ao ser quase totalmente incluído em Parque Natural e Rede Natura dois mil.-----

Assumimos o princípio da autonomia e descentralização.-----

Não queremos mais competências sem recursos humanos e financeiros!-----

Defendemos, tal como o Governo, a Coesão Territorial.-----

Não definharemos e jamais perderemos a nossa identidade!-----

Continuaremos na prossecução das boas práticas municipais.-----

Seremos solidários com a Administração Central e contribuiremos para a redução do défice público.-----

Apenas aceitaremos uma verdadeira neutralidade nas transferências para autarquia no ano de dois mil e sete e seguintes, no pressuposto de que tal contribuirá para o equilíbrio das contas públicas.-----

Em Junho do ano em curso o Diário de Notícias, publicava um encarte, intitulado “Algarve, vinte e cinco anos de mudança”.-----

Relativamente ao Concelho de Aljezur apresentava um sinal mais (+) e que se reproduz: **“A existência de um poder local dinâmico que transformou um concelho paupérrimo, num município cujas populações têm qualidade de vida, dotado de todas as infraestruturas básicas”**.-----

Apresentava de igual modo um sinal menos (-) que também se reproduz: **“A fraca expressão do investimento estatal, comparativamente ao municipal, talvez por em Aljezur haver só quatro mil eleitores. O Parque Natural da Costa Vicentina é negativo porque não existe, de facto, uma política de conservação da natureza e desenvolvimento das áreas protegidas”**.-----

Face ao atrás exposto, a Assembleia Municipal de Aljezur, reunida em vinte e

dois de Setembro dois mil e seis, em sua Sessão Ordinária reclama à Tutela, à Comissão de Poder Local da Assembleia da República, ao Presidente da Assembleia da República, bem todas as suas bancadas, um debate profundo sobre a nova Lei das Finanças Locais que permita equacionar, alterar e eliminar alguns aspectos negativos na proposta aprovada pelo Governo, dando assim corpo uma Lei onde o Poder Local Democrático e as populações se revejam igualmente.”-----

O Senhor Manuel Cristo propõe que esta moção seja também para dar resposta a Associação Nacional de Municípios.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que onde se fala na parcela variável dos três por cento não está explícito relativamente à moção, não concorda com o teor do texto, estão coisas em contradição onde diz “não queremos que nos tirem um cêntimo ... Assumimos o princípio da autonomia e descentralização...” e de imediato, “Não queremos mais competências”, acha que aumentar as competências com os necessários recursos é uma das formas de autonomia e descentralização. Depois a frase “continuaremos na prossecução das boas práticas municipais”, acha que não tem muito a ver. E depois acabar uma moção com a transcrição de um artigo de jornal não faz sentido, esta moção está muito extensa e não reivindicativa.-----

O Senhor Manuel Cristo disse que a Senhora Rosa Cigarra não deve ter o mesmo documento porque o que diz na moção é “Não queremos mais competências sem recursos humanos e financeiros!” não vê aqui nada que possa ser alterado.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que o Senhor Cristo a está a interpretar mal.-----

O Senhor Fernando Rosa felicitou pela moção sobretudo porque veio da bancada do Partido que está no Governo. E que acha muito bem a introdução do artigo de jornal e disse ainda que não é só um jornalista que pensa assim.-----

Posto à votação, foi aprovado por maioria, com as abstenções dos Senhores Iládio Furtado, Rosa Cigarra, Ana Santos e Amílcar Duarte.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**-----

“A Bancada do PSD – Partido Social Democrata, absteve-se na presente Moção, embora considere a importância do assunto em debate, porém, queremos deixar bem expresso que o fizemos por a mesma não ser clara nos objectivos e entrar em contradição no que se pretende reivindicar.-----

A presente Moção não reivindica, limita-se a recomendar, entendemos que o assunto é sério e grave, pelo que o nosso repúdio pela nova Lei das Finanças Locais, dever ser claro.-----

Por outro lado, defendem-se, e muito bem, os valores democráticos do Poder Local, designadamente, os princípios da autonomia e da descentralização, no entanto, afirma-se que não queremos mais competências. Ora a descentralização é um percurso para a autonomia autárquica e, concretiza-se com a atribuição de mais competências, acompanhadas dos necessários recursos. Entendemos, assim, que a Moção deveria reivindicar mais competências acompanhadas dos recursos necessários para o seu pleno funcionamento.-----

Além disso, o assunto que se apresenta na Moção é a nova Lei das Finanças Locais, pelo que, não é curial que a mesma pareça um documento de campanha eleitoral.-----

Mais, não faz sentido o último parágrafo da Moção, a transcrição de um artigo da imprensa, muito menos com o realce que apresente.-----

Assim, consideramos que, a redacção do texto da presente Moção não dignifica esta Assembleia.”-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SENHOR AMÍLCAR DUARTE:**-----

“Abstenho-me apesar de reconhecer a importância do assunto, aliás demonstrado pelo facto de ter apresentado uma moção na Assembleia Municipal

anterior, abstenho-me uma vez que, na altura não se julgou sequer conveniente admitir a moção à discussão, foi completamente ignorada e nem sequer foi considerada na elaboração desta moção.-----

Não concordo com a moção na totalidade na medida e na semelhança do que foi dito pela bancada do Partido Social Democrática.”-----

**PONTO NÚMERO SETE**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE MOÇÃO SOBRE CASAS MORTUÁRIAS:** – Pela bancada do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte moção:-----  
“CASAS MORTUÁRIAS-----

Tendo em conta que:-----

- Nas Freguesias fora da sede do Concelho não existem Casas Mortuárias que ofereçam condições dignas para a realização de cerimónias fúnebres;-----

- Não existem espaços com dignidade para acolher os familiares e amigos na última horas dos seus entes queridos;-----

Propomos a construção de Casas Mortuárias nas Freguesias de Bordeira, Odeceixe e Rogil.-----

Mais, propomos que na Freguesia de Rogil seja construído um acesso ao Cemitério, para que o cortejo fúnebre se realize em condições de segurança.”-----

O Senhor José Marreiros disse que não concorda com a transcrição do texto, e tem dúvidas para quem se destina a moção. Em Relação a outro acesso no Rogil, o acesso existe as pessoas é que não o utilizam.-----

O Senhor Fernando Rosa disse que também não sabe a quem se destina e que no caso de Odeceixe assim que o problema do Quartel dos Bombeiros esteja resolvido, o problema da casa mortuária também estará resolvido.-----

O Senhor Iládio Furtado disse em relação à Freguesia da Bordeira que até hoje não tem havido esse problema, isso porque a paróquia permite que as cerimónias fúnebres sejam prestadas nas próprias igrejas, mas isso não nos garante que no futuro se continue e caso não continue, o que fazer?-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que não é por escrever mais que mais se acerta, isto é uma proposta, estamos a pedir que a Câmara e as Juntas iniciem trabalhos no sentido que estas Freguesias tenham casas mortuárias dignas, e que saiba, os Presidentes de Junta estão na Assembleia, como Presidente de Junta.-----

O Senhor Manuel Cristo disse que partilha das mesmas preocupações sobre as casas mortuárias, mas que esta Assembleia não tem capacidade para dizer a um executivo para fazer isto ou aquilo, e a questão peca por ser tardia, porque os partidos, durante a campanha eleitoral apresentaram os seus programas e os nossos programas esses sim é que nos responsabilizam e obrigam, porque temos pessoas que votaram para que nós estejamos aqui e porque somos responsáveis na Assembleia, executivo e Juntas de Freguesia, e essas pessoas é que nos vão dizer se os programas foram bons ou não.-----

O Senhor Sérgio Santos disse que em relação à Bordeira toda a gente tem consciência do que se está a passar, deve-se à dificuldade de localização, falta consenso sobre a mesma, enquanto não houver consenso haverá dificuldade de fazer uma obra quer na Bordeira, quer na Carrapateira.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta proposta sofre alguns equívocos de competências e de posicionamento, em princípio deve ter um destinatário objectivo, propõe-se a construção de casas mortuárias, deve-se pôr a quem se propõe essa tarefa.-----

Esta Assembleia só tem legitimidade de dirigir esta proposta à Câmara Municipal, os Presidentes de Junta estão aqui representados com as mesmas competências que os outros membros da Assembleia Municipal.-----

A proposta de execução é sempre da Câmara Municipal, porque é esta que submete à Assembleia Municipal o seu Plano de Actividades, não é a Câmara que vai fazer as suas obras com base nas propostas, naturalmente que se alguma proposta aqui apresentada, a Câmara pondera a sua execução dentro das prioridades que entende.-----

A Senhora Rosa Cigarra disse que esta proposta foi apresentada para levantar a questão e discussão, porque quando se faz aqui a proposta da construção do tal acesso ou o melhoramento era no sentido que a casa mortuária não fosse dentro do cemitério.-----

Não estamos a interferir ou a obrigar a fazer, estamos a propôr se fosse uma moção aprovada pela Assembleia que viesse a ser considerada no próximo Plano para haver ajudas para as Juntas de Freguesia, não disse que o Presidente de Junta tem que acatar, disse que o Presidente de Junta na Assembleia Municipal está aqui como presidente de Junta.-----

Posta à votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com os votos a favor dos Senhores Iládio Furtado, Rosa Cigarra e Ana Santos, contra os Senhores Maria de Lurdes Bento, Licínia Rodrigues, Manuel Rosendo, António Lopes, Dionísio Silva, Johannes Schydlo, José Carlos Silva, Manuel Cristo, Francisco Ferreira, José Marreiros, Sérgio Santos, Fernando Rosa e Eliezer Candeias, abstiveram-se os Senhores Henrique Henriques, Amílcar Duarte e José Duarte.-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIALISTA:-----**

“A Moção/Proposta, versa as Casa Mortuárias, equipamentos que tanto podem ser da competência da Câmara Municipal, como das Junta de Freguesia. Veja-se o caso concreto da freguesia de Aljezur, onde a respectiva Junta se ocupou desta matéria;-----

Parece ajustado e tem sido apontado pelas freguesias, a vontade de promoveram estes equipamentos;-----

-

Contudo, não pode esta Assembleia Municipal definir calendário para a execução de obras uma vez que tal facto é uma competência da Câmara Municipal e dos Executivos das Juntas;-----

Face ao atrás exposto e porque os equipamentos em questão se incluirão nos Programas de Actividades das freguesias, não pode esta Assembleia Municipal aprovar uma moção, mesmo que de recomendação, relativamente a outras autarquias;-----

Aliás, a moção nem sequer propõe qualquer destinatário;-----  
Assim os representantes do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Aljezur, não aprovarão a mesma.”-----

**PONTO NÚMERO OITO**

**APRECIACÃO E VOTAÇÃO DE MOÇÃO SOBRE O QUARTEL DA GNR/ALJEZUR:**

– Pela bancada do Partido Social Democrata foi apresentada uma moção sobre o assunto.-----

O Senhor José Duarte disse que a moção é oportuna, outras já foram apresentadas, falta um pouco mais de conteúdo pois que saiba a Câmara tinha um terreno disponibilizado, acha que a moção deve ser reivindicativa, há tantos anos que as condições do Posto são aquelas que toda a gente sabe.-----

O Senhor Fernando Rosa disse que esta preocupação é tida por todos os Aljezurenses acha que as moções devem ser fundamentadas. Estão preocupados com o quartel e com a segurança, mas esse quartel e segurança é efectuada com pessoas.-----

A questão do quartel para Aljezur só para a GNR talvez não seja pertinente, uma vez que, se discute a fusão da Brigada Fiscal com a GNR, crê que é uma preocupação de todos na melhoria das condições da GNR de Aljezur quer do

posto de Odeceixe.-----

-

A Senhora Rosa Cigarra disse que relativamente ao quartel de Odeceixe não é aqui falado, porque parece que o quartel de Odeceixe tem uma solução em vista.- O que se reivindica aqui é que seja construído um quartel para a GNR para Aljezur, o tema é grave e importante.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que esta moção ao ser enviada aos deputados do PSD tem a esperança que da próxima vez que quando o PCP apresente propostas ao PIDDAC de construção do Quartel de Aljezur os deputados do PSD como do PS votem a favor da próxima vez, coisa que não fizeram quando estavam no Governo.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a orgânica das forças armadas tem estado a mudar e nesta área os indícios é a fusão da Brigada Fiscal com a GNR, já houve terreno e foi construído o Centro de Saúde, depois houve terreno e foi construído a casa mortuária, agora a Câmara tem mais terrenos, mas nenhum foi disponibilizado para o quartel.-----

Numa comunicação dirigida ao Senhor Governador Civil e ao Senhor Ministro decorrente da situação inédita que se verificou este Verão, em que pela primeira vez em muitos anos, não houve reforço de forças policiais na freguesia de Aljezur, em Odeceixe houve, mas muito limitadas, comunicou que não faz sentido que exista quase quarenta elementos da GNR e que ande uma patrulha na rua para o Concelho todo. Fez esta comunicação e pontualmente a GNR começou a fazer algumas acções em conjunto com a Brigada Fiscal, mas muito pontual.-----

Sugeriu que se devia juntar a GNR e a Brigada Fiscal num comando único. A sugestão que fez passava pela ampliação do quartel da Brigada Fiscal e resolvia este problema a nível financeiro, de funcionalidade e os reforços não eram tão necessários.-----

O Senhor José Marreiros disse que a preocupação é legítima. Agora duvida, pelo que o Senhor Presidente disse e toma a iniciativa de dizer que a proposta neste momento não se enquadra para aquilo que se sabe neste momento e o PSD deveria retirá-la ou ajustá-la.-----

O Senhor Dionísio Silva disse que seria interessante essa proposta ser retirada, reformulada e talvez aprovada posteriormente por todas as bancadas da Assembleia.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que sempre defenderam a construção do quartel, de qualquer das formas a informação do Senhor Presidente da Câmara é interessante e acha que a solução pode passar por aí, e a proposta podia passar por uma alteração, é urgente a necessidade de encontrar uma solução digna para a instalação da GNR de Aljezur. Alterar a moção para poder tomar uma posição.-----

A Senhora Ana Santos disse que não pretendem retirar a moção e que vão aceitar a sugestão do Senhor Amílcar, reformular a proposta.-----

A moção ficou com a seguinte redacção:-----

“QUARTEL DA GNR/ALJEZUR-----

Tendo em conta que:-----

- A segurança pessoal dos munícipes e dos seus bens é um direito que dever ser assegurado pelo Estado;-----

- No Concelho de Aljezur esse direito é assegurado pelas forças da GNR;-----

- As actuais instalações do Posto da GNR de Aljezur não apresentam as condições mínimas de trabalho, nem aquartelamento para o número de efectivos.-----

Exigimos ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Administração Interna a urgente

criação de condições digna de instalação para as Brigadas da GNR, em Aljezur.--  
A presente Moção deverá ser remetida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Administração Interna, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Excelentíssimo Senhor Governador Civil de Faro, à Assembleia Metropolitana do Algarve, à Junta Metropolitana do Algarve, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, aos Postos da Guarda Nacional Republicana de Aljezur e à comunicação social.”-----

Posta à votação, foi a mesma rejeitada por maioria, com os votos a favor dos Senhores Iládio Furtado, Rosa Cigarra, Ana Santos, Amílcar Duarte e José Duarte, contra os membros Licínia Rodrigues, José Carlos Silva, Francisco Ferreira, José Marreiros, Sérgio Santos, Fernando Rosa e Sérgio Santos, abstiveram-se os Senhores Maria de Lurdes Bento, Manuel Rosendo, António Lopes, Henrique Henriques, Dionísio Silva, Johannes Schydlo e Manuel Cristo.---

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO PARTIDO SOCIALISTA:**-----

“Porque se trata de assunto recorrente e alvo de várias moções já apresentadas nesta Assembleia Municipal, não obstante a situação não ter sido ainda resolvida por sucessivos Governos;-----

Porque a matéria em apreço evoluiu e ganhou em nossa opinião, novos contornos, nomeadamente a “fusão” num só aquartelamento das Brigadas Territorial e Fiscal, com a eventual ampliação deste último, solução que julgamos mais adequada em termos de gestão dos “dinheiros públicos”;-----

Porque estamos no momento mais preocupados com o reforço dos efectivos e segurança pública, facto que o texto não reflecte;-----

Porque consideramos que o assunto deverá ser alvo de reflexão mais apurada que parece eventualmente por um novo quartel na freguesia de Odeceixe;-----

Porque a moção é demasiado sintética, e “ligeira”, atente-se ao facto que as linhas ocupadas com a remissão da moção ser em maior número do que o conteúdo da mesma;-----

Os representantes do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Aljezur não aprovam a mesma.”-----

**PONTO NÚMERO NOVE**

**APRECIACÃO ACERCA DO EMPARCELAMENTO DA VÁRZEA DE ALJEZUR:** – O Senhor Presidente da Câmara disse que o Senhor Director Regional da Agricultura lhe telefonou a perguntar sobre o processo de emparcelamento da várzea, porque estavam a ponderar alguns projectos com vista ao Quadro Comunitário de Apoio.-----

Disse que não sabe se será benéfico para a várzea e se para os interesses do Concelho e então pediu ao Senhor Director para enviar um comunicado para nós nos pronunciarmos sobre assunto, mandou cópia para a Assembleia Municipal e que seria um assunto interessante para debater.-----

O Senhor Fernando Rosa disse que a várzea de Aljezur tem as mesmas características da várzea de Odeceixe, pensa que quando se fala de emparcelamento é para ganhar mais dimensão e que esta manta de retalhos certamente no futuro, com o emparcelamento iria ter culturas só de um tipo. Pensa que esta questão não nos iria beneficiar, aquilo que é de manter e incrementar são os mercados da terra, gostaria de sugerir a sua extensão a outras freguesias e incentiva-las mais. Valorizar os nossos produtos e a maneira como eles são feitos e dar mais valor e acompanhamento ao agricultor que produz.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse ser um assunto complexo que não se sente em condições de dizer sim ou não, que um emparcelamento destes não nos permite ganhar economia de escala. Com o emparcelamento da várzea de Aljezur

conseguia-se resolver alguns problemas de acesso às parcelas.-----  
Um projecto de emparcelamento seria positivo, o projecto vinha acompanhado de uma proposta de construção da barragem da Cerca ou em alternativa da construção de um reservatório para aproveitamento da água do canal do Rogil ou terceira hipótese a construção da Barragem no Monte Branco ou na ribeira das Alfambras e na introdução de um sistema de rega sobre pressão.-----  
Acha que não faz sentido o projecto avançar sem ser acompanhado disso. Parece fazer sentido nessa perspectiva. É uma questão que pode ser ponderada e agendada para uma próxima Assembleia para tomar alguma decisão.-----  
O Senhor Eliezer disse que concorda que a várzea se mantenha assim como está porque até serve como zona de lazer. Em contrapartida já via com bons olhos a questão do emparcelamento na zona da charneca do Rogil, até porque tem o canal de água e muitas terras vão ficando ao abandono.-----  
O Senhor António Lopes disse não estar por dentro desta questão. mas que a maior parte das parcelas estão abandonadas, sujeitas a serem matagais cheios de bicharada. Não sabe os benefícios do emparcelamento da várzea, só sabe é que as pessoas, sobretudo, as idosas que lá vão trabalhar estão a desaparecer. A ideia é que se isso acontecer, houvesse respeito pelas culturas tradicionais.-----  
A Senhora Rosa Cigarra disse que não tem qualquer informação sobre o emparcelamento, sabe o que é, mas não sabe o que querem fazer aqui na várzea e se isso trás vantagens ou não, pode-se dar opinião. Temos de ter informações mais concretas para se poder dar opiniões que sejam úteis à decisão que vai ser tomada.-----  
O Senhor Johannes Schydlo disse que é importante ter informações e fazer um levantamento da situação actual da várzea, e depois desse levantamento podia surgir um plano. Faltam dados e informações concretas.-----  
O Senhor Henrique Henriques disse que as pessoas visadas deviam ter alguma opinião sobre essa matéria e que havia de haver uma sessão de esclarecimento sobre o assunto, para o caso de isso vir a acontecer.-----  
O Senhor Presidente da Câmara disse que não se trata de avançar com o projecto ou não mas de o considerar como projecto a incluir no Quadro Comunitário de Apoio. Um debate sobre isto seria uma questão para mais tarde. De facto como o Senhor Amílcar disse quando se falou desta matéria há uns tempos não viu grande entusiasmo nos proprietários das terras em aderir ao projecto, porque isso implicava mudança.-----  
Não é que seja contra, mas a sua preocupação é que quando a IDRA iniciou o processo adquiriu vários terrenos na várzea, se o processo avançar muitos outros vão vender os terrenos e isso poderá fazer com que o emparcelamento reduza o numero de proprietários e a um numero que se dedique à monocultura e depois perde-se, até do ponto de vista ambiental, a riqueza que a várzea tem.--  
O Senhor Amílcar Duarte disse que não crê que um emparcelamento destes crie uma concentração de terras, poderá chegar a meio hectare, um hectare e aí podia permitir melhorias sem perder qualidade e não é fácil implementar a monocultura aqui.-----  
O Senhor Johannes Schydlo disse que seria uma boa ideia se isso acontecesse, implantar uma zona protegida em que só seria possível cultivar certos produtos.-----

#### PONTO NÚMERO DEZ

**APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** – O Senhor Fernando Rosa pergunta em relação à enfermeira que se propôs a exercer a actividade no centro de saúde em Odeceixe, se já tem alguma informação?-----

Disse que tem notado que a Câmara na parte operacional tem muita gente que

se tem vindo a aposentar, o que leva a uma certa degradação dos serviços sobretudo, na época balnear. A câmara juntamente com as Juntas devem pensar no que se vai fazer.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse querer aproveitar para dizer que foi contactado pela Associação ANIMAL para que o Município se declare livre de touradas. Verificou que a Associação estava a fazer uma campanha com alguma chantagem ou aderimos ou vão fazer campanha para os turistas não virem para o Algarve porque aqui há touradas. Já respondeu a centenas de e-mail. Por sua iniciativa não leva isto a Câmara.-----

### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Do público presente usou da palavra o Senhor Fernando Ventura que perguntou qual a resposta ao requerimento apresentado na Câmara Municipal, em seis de Agosto do corrente ano sobre o trânsito em Odeceixe.-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a questão não está esquecida, quer fazer uma reunião em Odeceixe para discutir o assunto, não o fez em Agosto por não achar a melhor altura, mas breve será feita e em Odeceixe para ouvir opiniões sobre essa matéria.-----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** – Foi deliberado por unanimidade, aprovar a acta em minuta.-----

**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** – Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente sessão, foi utilizada a forma de votação por braço no ar.-----

**ENCERRAMENTO:** – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas duas horas dez minutos do dia vinte e três de Setembro de dois mil e seis, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

\*\*\*

O Presidente

---

O Primeiro-Secretário

---